

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS PARA ATUAÇÃO NO COMITÊ
GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.br)**

REPRESENTAÇÃO DO TERCEIRO SETOR – SINTRAJURN

Mossoró, 20 de outubro de 2026.

À Comissão Eleitoral do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br),

Na condição de candidato à representação do terceiro setor no Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte (SINTRAJURN), apresento um conjunto de propostas que orientam minha perspectiva de atuação e meu compromisso com o fortalecimento de uma governança da Internet democrática, inclusiva, transparente e comprometida com o interesse público.

Sou mestre em Ciência da Computação, servidor público e dirigente sindical. A partir dessa trajetória, compreendo que os desafios da Internet exigem uma abordagem que articule conhecimento técnico, responsabilidade institucional, proteção de direitos e participação efetiva da sociedade civil. Minha intenção é contribuir para que o CGI.br continue exercendo seu papel estratégico na construção de diretrizes para o desenvolvimento e o uso da Internet no Brasil, valorizando o diálogo multissetorial e a diversidade de perspectivas.

Caso eleito, pretendo orientar minha atuação pelas seguintes propostas:

1. Fortalecimento da governança multissetorial e da participação social

Defender o aprimoramento dos mecanismos de participação da sociedade civil nas discussões sobre a governança da Internet, estimulando o diálogo

entre terceiro setor, comunidade científica e tecnológica, setor empresarial e poder público.

Proponho incentivar consultas públicas, debates temáticos e espaços de escuta social que ampliem a participação de organizações, trabalhadores, pesquisadores e comunidades historicamente sub-representadas, contribuindo para decisões mais transparentes, plurais e alinhadas às necessidades da população brasileira.

2. Inclusão digital e redução das desigualdades

Defender iniciativas que contribuam para superar as desigualdades territoriais, econômicas e sociais no acesso e no uso da Internet.

A inclusão digital deve ir além da disponibilidade de conexão, abrangendo qualidade do acesso, acessibilidade, educação digital e desenvolvimento de competências para a participação plena na sociedade conectada. Nesse sentido, proponho apoiar a produção e a divulgação de estudos, indicadores e recomendações que auxiliem na identificação de barreiras e na formulação de políticas públicas mais efetivas.

3. Proteção de direitos fundamentais no ambiente digital

Atuar em defesa de uma Internet que respeite os direitos humanos, a liberdade de expressão, a privacidade, a proteção de dados pessoais e a diversidade de opiniões.

Proponho fortalecer os debates sobre os desafios da proteção dos direitos no ambiente digital, considerando a necessidade de conciliar segurança, liberdade, inovação e responsabilidade. Também considero fundamental promover o conhecimento público sobre os princípios e as diretrizes que orientam o uso responsável da Internet.

4. Inteligência artificial, inovação e interesse público

Estimular a discussão sobre os impactos da inteligência artificial e de outras tecnologias emergentes na sociedade brasileira, especialmente quanto à transparência, à responsabilidade, à proteção de dados, à prevenção de discriminações e à preservação de direitos fundamentais.

Defendo que o desenvolvimento tecnológico seja acompanhado de reflexão crítica e participação social. O Brasil precisa aproveitar as oportunidades da inteligência artificial para ampliar a produção de conhecimento, melhorar serviços e promover o desenvolvimento, sem negligenciar os riscos sociais e as desigualdades que podem ser aprofundadas pelo uso inadequado dessas tecnologias.

5. Trabalho, transformação digital e direitos dos trabalhadores

A partir da minha experiência como dirigente sindical, pretendo contribuir para ampliar a atenção aos impactos da transformação digital sobre o mundo do trabalho.

Proponho incentivar debates sobre automação, inteligência artificial, plataformas digitais, qualificação profissional, proteção de dados dos trabalhadores e mudanças nas relações de trabalho decorrentes da incorporação de novas tecnologias.

Considero essencial que o desenvolvimento digital seja acompanhado de valorização profissional, respeito aos direitos e oportunidades de formação, de modo que os ganhos de produtividade também possam contribuir para o bem-estar social.

6. Transformação digital e fortalecimento dos serviços públicos

Defender o debate sobre o uso da Internet e das tecnologias digitais para melhorar a qualidade, a eficiência, a transparência e a acessibilidade dos serviços públicos.

Proponho estimular a troca de experiências e a disseminação de boas práticas relacionadas à inclusão digital no atendimento ao cidadão, à segurança da informação, à proteção de dados e à utilização responsável de tecnologias emergentes na administração pública.

A transformação digital do Estado deve ter como finalidade principal ampliar o acesso a direitos e melhorar a relação entre instituições públicas e sociedade, sem criar novas barreiras para pessoas em situação de vulnerabilidade digital.

7. Segurança, confiança e educação para o uso da Internet

Apoiar iniciativas de conscientização e disseminação de conhecimento sobre segurança digital, proteção contra fraudes, privacidade, desinformação e uso responsável das tecnologias.

Proponho valorizar a produção e a divulgação de materiais educativos acessíveis, fundamentados em evidências e adequados a diferentes públicos. Uma Internet mais segura depende tanto do desenvolvimento tecnológico quanto da capacidade das pessoas de compreender os riscos e exercer seus direitos no ambiente digital.

8. Transparência, produção de conhecimento e acompanhamento de resultados

Defender a valorização de estudos, pesquisas, indicadores e relatórios que permitam compreender a evolução da Internet no Brasil e avaliar os resultados das iniciativas relacionadas à sua governança.

Proponho estimular a divulgação acessível das discussões e das contribuições do CGL.br, respeitadas as regras institucionais aplicáveis, de forma a ampliar o conhecimento da sociedade sobre os temas debatidos e favorecer o acompanhamento público das decisões e recomendações.

Também considero importante que as propostas e iniciativas sejam avaliadas periodicamente, com base em evidências, resultados observáveis e diálogo com os diferentes setores envolvidos.

Compromisso com uma atuação responsável e colaborativa

As propostas apresentadas constituem diretrizes para uma atuação comprometida com o fortalecimento da governança multissetorial da Internet no Brasil. Sua implementação deverá considerar as competências institucionais do CGL.br, as prioridades coletivamente estabelecidas e as possibilidades de articulação com os diferentes setores representados.

Caso eleito, comprometo-me a exercer a representação do terceiro setor com responsabilidade, independência de pensamento, transparência, disposição para o diálogo e respeito à pluralidade. Pretendo contribuir para que as decisões e

recomendações do CGI.br considerem os aspectos técnicos, econômicos, sociais e humanos que envolvem o desenvolvimento da Internet.

Entendo que representar o terceiro setor significa defender a participação efetiva da sociedade civil e contribuir para que as necessidades da população brasileira estejam presentes nas discussões sobre o futuro digital do país.

Coloco minha formação acadêmica, minha experiência no serviço público e minha atuação sindical à disposição dessa missão, com a convicção de que uma Internet aberta, segura, inclusiva e democrática é condição importante para o fortalecimento da cidadania e para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Atenciosamente,

FRANCISCO
MARCIO DE
OLIVEIRA:463

Assinado de forma
digital por FRANCISCO
MARCIO DE
OLIVEIRA:46344640391
Dados: 2026.10.22
13:11:58 -03'00'

FRANCISCO MÁRCIO DE OLIVEIRA
Mestre em Ciência da Computação
Servidor Público e Dirigente Sindical
Candidato à Representação do Terceiro Setor – SINTRAJURN